

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi
Agroempresarial PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar - Molheiros de Vento
90430-000 - Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
ey.com.br

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi
Agroempresarial PR/SP
Mandaguari - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dário Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, permanecendo abaixo da meta estimada o número de associados, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	47.000	46.824
Carteira de Crédito *	248.604	245.239
Depósitos	312.385	431.084
Patrimônio Líquido	77.029	86.910
Capital	32.549	39.657
Resultado Antes das Destinações	10.000	16.009
Rentabilidade do PL	12,98%	18,42%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicedi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Representado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	549.883	408.757	CIRCULANTE	188.487	152.537
DISPONIBILIDADES	7.309	6.634	DEPÓSITOS	84.258	72.626
RELACÕES INTERFINANCEIRAS	321.621	227.654	Depósitos à Vista	70.641	59.778
Pagamentos e Recalendamento a Liquidar	7	5	Depósitos à Prazo	13.637	12.848
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	184	154	RELACÕES INTERFINANCEIRAS	69.625	53.799
Compreendem-se os:	170	170	Recursos e Pagamentos a Liquidar	7	667
Centralização Financeira - Cooperativas	321.160	227.317	Repasses Interfinanceiros	69.628	53.130
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	194.052	150.526	RELACÕES INTERDEPENDÊNCIAS	451	539
Operações de Crédito	206.719	185.815	Recursos em Trânsito de Terceiros	451	539
(Província Operações de Crédito de Liquidação Dividida)	(12.667)	(11.289)	OBIGAÇÕES POR ESTIMATIVO	3.658	1.967
Outros Valores e Bens	22.149	17.793	Obrigações para Outras Instituições	3.658	1.967
Créditos por Avais e Fianças Horradas	10	56	Outras Obrigações	30.415	23.606
Rendas a Receber	960	1.204	Gastos e Ajuste de Tributos	46	64
Diversos	21.461	16.804	Sociais e Estatutárias	2.003	1.555
(Província para Outros Créditos de Liquidação Dividida)	(442)	(271)	Fiscais e Previdenciárias	863	756
Outros Valores e Bens	5	-	Diversas	27.483	21.231
OUTROS CRÉDITOS	22.149	17.793	NÃO CIRCULANTE	355.814	253.844
Outros Valores e Bens	5	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	355.814	253.844
(Província para desvalorização)	(1.165)	(454)	DEPÓSITOS	346.826	241.447
Despesas Antecipadas	22	27	Depósitos a Prazo	346.826	241.447
NÃO CIRCULANTE	81.278	67.296	RELACÕES INTERFINANCEIRAS	4.207	7.116
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	53.009	39.755	Repasses Interfinanceiros	4.207	7.116
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.611	42	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.781	5.281
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.611	42	Diversas	4.781	5.281
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	51.187	39.573	PATRÔMÔNIO LÍQUIDO	86.910	69.672
Operações de Crédito	55.482	44.022	CAPITAL SOCIAL	39.627	32.775
(Província Operações de Crédito de Liquidação Dividida)	(4.295)	(4.449)	De Domínios do País	29.686	22.515
Outros Valores e Bens	206	140	(Capital a Realizar)	(29)	(59)
(Província para Outros Créditos de Liquidação Dividida)	(207)	(1)	RESERVA DE SOBRAS	45.290	34.711
Despesas Antecipadas	5	-	SOBRAS DE PERdas ACUMULADAS	1.963	2.185
PERMANENTE	28.269	27.541	TOTAL DO PASSIVO E PATRÔMÔNIO LÍQUIDO	631.161	476.053
INVESTIMENTOS	9.442	9.442			
Outros Investimentos	9.442	9.442			
IMOBILIZADO DE USO	14.472	14.472			
Imobilizado de Uso	14.472	14.472			
Outras Imobilizações de Uso	13.898	12.933			
(Depreciação acumulada)	(6.407)	(5.541)			
INTANGÍVEL	4.384	3.665			
Outros Ativos Intangíveis	7.395	6.033			
(Amortização acumulada)	(3.011)	(2.368)			
TOTAL DO ATIVO	631.161	476.053			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	38.703	-	38.703	71.886	1	71.887	60.595	3	60.598
Operações de Crédito	38.346	-	38.346	71.392	1	71.393	60.577	3	60.580
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	347	-	347	466	-	466	3	-	3
Resultado das Aplicações Compulsórias	10	-	10	28	-	28	15	-	15
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(30.998)	(179)	(31.177)	(58.018)	(325)	(58.343)	(41.146)	(287)	(41.433)
Operações de Captação no Mercado	(22.032)	(18)	(22.050)	(40.678)	(31)	(40.709)	(25.697)	(27)	(25.724)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.928)	(161)	(3.089)	(5.789)	(294)	(6.083)	(4.329)	(260)	(4.589)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	(6.038)	-	(6.038)	(11.551)	-	(11.551)	(11.120)	-	(11.120)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	7.705	(179)	7.526	13.868	(324)	13.544	19.449	(284)	19.165
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	363	1.561	1.924	109	3.041	3.150	(9.350)	3.778	(5.572)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.174	3.584	6.758	5.879	6.721	12.600	6.132	5.641	11.773
Rendas de Tarifas Bancárias	4.529	-	4.529	8.616	-	8.616	5.593	1	5.594
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.938)	(653)	(12.591)	(22.974)	(1.156)	(24.130)	(18.823)	(1.124)	(19.947)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(12.645)	(1.128)	(13.773)	(22.520)	(1.949)	(24.469)	(19.331)	(1.920)	(21.251)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(54)	(182)	(236)	(125)	(342)	(467)	(167)	(292)	(459)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	24.722	257	24.979	45.068	329	45.397	31.256	2.077	33.333
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(7.425)	(317)	(7.742)	(13.835)	(562)	(14.397)	(14.010)	(605)	(14.615)
RESULTADO OPERACIONAL	8.068	1.382	9.450	13.977	2.717	16.694	10.099	3.494	13.593
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(377)	3	(374)	(704)	19	(685)	(94)	13	(81)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.691	1.385	9.076	13.273	2.736	16.009	10.005	3.507	13.512
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	519	519	-	-	-	-	(430)	(430)
Provisão para Imposto de Renda	-	303	303	-	-	-	-	(256)	(256)
Provisão para Contribuição Social	-	216	216	-	-	-	-	(174)	(174)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.691	1.904	9.595	13.273	2.736	16.009	10.005	3.077	13.082
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.736	(2.736)	-	3.077	(3.077)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.691	1.904	9.595	16.009	-	16.009	13.082	-	13.082
DESTINAÇÕES	-	-	-	(14.046)	-	(14.046)	(10.897)	-	(10.897)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.976)	-	(2.976)	(2.158)	-	(2.158)
Fates - Estatutário	-	-	-	(491)	-	(491)	(546)	-	(546)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.362)	-	(7.362)	(8.193)	-	(8.193)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.217)	-	(3.217)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.963	-	1.963	2.185	-	2.185

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
 CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	27.002	26.518	2.164	55.684
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.161	-	(2.161)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.467	-	-	2.467
Baixas de capital	(982)	-	-	(982)
Resultado do período	-	-	13.082	13.082
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(546)	(546)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.193	(8.193)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.128	-	(2.158)	(30)
Saldos no fim do período em 31/12/2015	32.776	34.711	2.185	69.672
Mutações do Período	5.774	8.193	21	13.988
Saldos no início do período em 01/01/2016	32.776	34.711	2.185	69.672
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.162	-	(2.162)	-
Outras destinações	-	-	(23)	(23)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.063	-	-	3.063
Baixas de capital	(1.253)	-	-	(1.253)
Resultado do período	-	-	16.009	16.009
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(491)	(491)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.362	(7.362)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.909	-	(2.976)	(67)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.217	(3.217)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	39.657	45.290	1.963	86.910
Mutações do Período	6.881	10.579	(222)	17.238
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	35.926	34.711	6.414	77.051
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.639	-	-	1.639
Baixas de capital	(817)	-	-	(817)
Resultado do período	-	-	9.595	9.595
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(491)	(491)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.362	(7.362)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.909	-	(2.976)	(67)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.217	(3.217)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	39.657	45.290	1.963	86.910
Mutações do Período	3.731	10.579	(4.451)	9.859

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.092	20.638	15.838
Resultado do semestre/exercício	9.595	16.009	13.082
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.497	4.629	2.756
Provisão para operações de crédito	1.128	1.224	1.603
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	431	711	40
Provisão para desvalorização de outros créditos	176	172	169
Depreciação do imobilizado de uso	800	1.487	1.163
Amortização do intangível	351	643	535
Baixas do ativo permanente	307	644	44
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(10)	103	(66)
Destinações ao FATES	(491)	(491)	(546)
Dividendos SicrediPar	(195)	136	(186)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(6.561)	75.662	83.418
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	3.566	(1.569)	232
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	6.029	(2)	36
Redução em créditos vinculados	(158)	(30)	(77)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(64)	(92)	16
(Aumento) em operações de crédito	(44.660)	(56.364)	(15.235)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	14.600	12.927	8.621
(Aumento) em outros créditos	(3.779)	(4.770)	(6.314)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	866	722	(4.404)
Aumento em depósitos	10.372	117.011	94.174
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(103)	(88)	119
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	203	1.691	103
Absorção de dispêndios pelo FATES	(64)	(546)	(553)
Aumento em outras obrigações	6.631	6.772	6.700
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	5.531	96.300	99.256
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.369)	(2.140)	(3.244)
Aplicações no Intangível	(273)	(1.362)	(1.744)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.642)	(3.502)	(4.988)
Integralização de capital	1.639	3.063	2.467
Baixa de capital	(817)	(1.253)	(982)
Juros ao capital próprio	(67)	(67)	(30)
Distribuição de Sobras	-	(23)	(3)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	755	1.720	1.452
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.644	94.518	95.720
Caixa e equivalente de caixa no início do período	323.825	233.951	138.231
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	328.469	328.469	233.951

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 03/09/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta", os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a realocação de alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias" e reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	408.843	(86)	408.757
OUTROS CRÉDITOS	17.879	(86)	17.793
Diversos	16.890	(86)	16.804
Ativo Não circulante	67.210	86	67.296
OUTROS CRÉDITOS	54	86	140
Diversos	54	86	140
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.572)	-	(5.572)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	12.073	(300)	11.773
Rendas de Tarifas Bancárias	5.294	300	5.594
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	83.382	36	83.418
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	99.220	36	99.256
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.952)	(36)	(4.988)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de janeiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	7.309	6.634
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	321.160	227.317
Total	328.469	233.951

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.611	42
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.611	42
Total realizável a longo prazo	1.611	42

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	127.275	42.244	169.519	124.474
Financiamentos	9.753	8.919	18.672	20.320
Financiamentos rurais e agroindustriais	69.691	4.319	74.010	61.043
Carteira total	206.719	55.482	262.201	205.837

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	10	-	10	56
Devedores por compra de valores e bens	383	206	589	261
Títulos e créditos a receber (i)	15.274	1	15.275	10.469
Total	15.667	207	15.874	10.786

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	160.218	109.578	801	548
Nível B	1,00	66.734	57.818	668	578
Nível C	3,00	21.242	18.170	637	545
Nível D	10,00	9.963	11.865	997	1.187
Nível E	30,00	4.919	5.048	1.476	1.514
Nível F	50,00	3.612	3.764	1.806	1.882
Nível G	70,00	1.224	2.084	857	1.459
Nível H	100,00	10.163	8.296	10.163	8.296
Total (i)		278.075	216.623	17.405	16.009

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	4.797	34.575	34.861	26.977	101.210
Rural	166	9.663	59.862	4.319	74.010
Industrial	1.197	11.404	6.691	9.936	29.228
Comércio	1.322	21.146	15.677	10.883	49.028
Outros Serviços	549	9.642	10.834	3.574	24.599
Total	8.031	86.430	127.925	55.689	278.075
					205.837

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	32.158	11,56	21.766	10,05
50 devedores seguintes	52.860	19,01	35.875	16,56
100 devedores seguintes	42.262	15,20	30.173	13,93
Demais	150.795	54,23	128.809	59,46
Total	278.075	100	216.623	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	16.009	14.238
Constituição de provisão	11.551	11.120
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.155)	(9.349)
Saldo final	17.405	16.009

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.493 (2015 - R\$ 3.933), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.499 (2015 - R\$ 15.269).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	146	148
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.459	1.714
Devedores por compra de valores e bens	383	208
Devedores por depósitos em garantia	1.773	866
Impostos e contribuições a compensar (ii)	842	2.300
Títulos e créditos a receber	15.274	10.468
Valores honrados	22	3
Cotas de consórcio	34	59
Devedores por convênios	46	-
Operações com cartões	40	20
Pendências a regularizar	52	913
Outros	590	105
Total Circulante	21.661	16.804

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	86
Devedores por compra de valores e bens	206	53
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	207	140

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

(ii) Refere-se basicamente ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	5.855	6.577
Imóveis	4.626	5.273
Veículos e afins	225	180
Máquinas e equipamentos	10	-
Bens em regime especial	978	1.124
Outros bens não de uso próprio	16	-
Despesas antecipadas	22	27
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.165)	(454)
Total Circulante	4.712	6.150

Despesas antecipadas	5	-
Total realizável a longo prazo	5	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.165 (2015 - R\$ 454) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.131	5.131
Sicredi Participações S.A.	4.310	4.310
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	9.442	9.442

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.389.012 ON 2.920.671 PN	1.389.012 ON 2.920.671 PN	1 Quotas	1 Quotas
Percentual de participação	0,50%	0,54%	0,63%	0,72% 3,23%
Capital social	869.279	804.351	165	138 159.866
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717 161.330
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676 -
Valor do investimento	4.310	4.310	1	1 5.131

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	20.940	(6.497)	14.443	14.434
Imobilizações em curso	-	349	-	349	2.033
Terrenos	-	1.875	-	1.875	1.875
Edificações	4%	5.167	(359)	4.808	5.013
Instalações	10%	4.709	(1.956)	2.753	1.709
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.430	(1.348)	2.082	1.750
Sistema de comunicação	10%	164	(94)	70	65
Sistema de processamento de dados	20%	4.244	(2.249)	1.995	1.626
Sistema de segurança	10%	518	(232)	286	215
Sistema de transporte	20%	484	(259)	225	148
Intangível (i)	5% a 15%	7.395	(3.011)	4.384	3.665
Investimentos Confederação		7.395	(3.011)	4.384	3.665
Total		28.335	(9.508)	18.827	18.099

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	70.641	-	-	70.641	59.778
Depósitos a prazo	8.416	5.201	346.826	360.443	254.295
Total	79.057	5.201	346.826	431.084	314.073

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	69.628	53.130
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	69.628	53.130
Total circulante	69.628	53.130
Recursos do Crédito Rural	4.207	7.116
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.207	7.116
Total exigível a longo prazo	4.207	7.116

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 21/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	3.658	1.967
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.658	1.967
Total circulante	3.658	1.967

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	1.260	1.592
Obrigações por convênios oficiais	7	10
Provisão para pagamentos a efetuar	5.305	4.874
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	2.939	2.836
Provisão para coobrigações (i)	498	493
Principal dívida subordinada (ii)	492	-
Pendências a regularizar	41	29
Operações com cartões	14.519	9.709
Demais fornecedores	979	757
Credores diversos	1.443	931
Total circulante	27.483	21.231
Principal dívida subordinada (ii)	4.781	5.281
Total exigível a longo prazo	4.781	5.281

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	2.080	293	(271)	2.102
Cível	756	274	(193)	837
Total	2.836	567	(464)	2.939

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	2.102	2.080
Cível	Provável	837	756
Total		2.939	2.836

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 97; R\$ 939 e R\$ 468 (2015 – R\$ 111, R\$ 623 e R\$ 468), respectivamente.

Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento processos administrativos, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. Sucesso da ação depende de análise judicial acerca dos fatos apontados como ensejadores do tributo e sua caracterização - ou não - no conceito de "ato cooperativo", cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	39.657	32.776
Total de associados	46.824	41.597

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.881 (2015 – R\$ 5.774), sendo R\$ 5.071 (2015 – R\$ 4.289) via integralização de resultados e R\$ 3.063 (2015 – R\$ 2.467), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.253 (2015 – R\$ 982).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,35% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.976, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	16.009	13.082
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(6.724)	(5.494)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	15
Provisão resgate milhas cartão	16	54
Provisão de PPR	(4)	32
Receita com atos cooperativos	5.574	4.002
Juros sobre o capital próprio	1.250	863
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	265
Outros	(112)	(167)
Subtotal	6.724	5.064
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(430)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.611	42
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	321.160	227.317
Outros Créditos - Rendas a receber	445	604
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.771	1.824
Investimentos (Nota 09)	9.442	9.442
Intangível (Nota 10)	4.384	3.665
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	73.835	60.246
Obrigações por empréstimos	3.658	1.967
Outras Obrigações - Diversas	14.317	9.964
Principal e juros dívida subordinada	5.273	5.281
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	466	3
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	1.749	154
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	39.066	25.133
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.083	4.589
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	1.269	874
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	9.171	7.703

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	137	0,08%	60
Depósitos a prazo	1.581	0,44%	1.377
Operações de crédito	2.409	0,35%	1.795

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	3.011	1.853

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	2.675	4.392
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	38.448	24.497
Reversão de provisões operacionais	2.553	1.932
Outras rendas operacionais	1.721	2.512
Total	45.397	33.333

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	780	1.802
Contribuição O.C.E.	175	145
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.401	901
Contribuição Confederação Sicredi	5.894	5.363
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	824	775
Contribuição Sureg	5	28
Encargos da administração financeira	209	162
Repasso Administradora de Cartões	831	467
Outras provisões operacionais	1.313	593
Outras despesas operacionais	2.965	4.379
Total	14.397	14.615

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 24.469 (2015 - R\$ 21.251), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	28.050	27.895
Coobrigações em cessões de crédito	-	133
Total	28.050	28.028

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	84.861	56.141
Capital principal - CP	84.861	56.141
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de juros	45.290	27.801
Lucros acumulados	1.963	1.918
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.049	431
Capital complementar - CC	-	-
Instrumento híbridos de capital e dívida	-	-
Excesso de dedução de investimento em outras entidades no nível II	-	-
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	4.219	1.772
Ativo classificado como dívida subordinada	4.219	1.772
Dívida subordinada	-	-
Total do capital qualificado	89.079	57.913
Requerimento de PR + RBAN	43.746	21.144
Índice sobre o PR considerando a RBAN	21,57%	28,76%
Situação para o limite de imobilização	16.780	4.344
Índice de imobilização (limite 50%)	18,84%	7,50%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Marcelo Filimberti de Bortoli

Diretor Executivo

CPF: 678.276.750-34

Cristiano Martinelli
Diretor de Operações
CPF: 001.287.999-19

Mario Henrique Barboza Sinkoc
Contador
CRC: PR-063455/O-1
CPF: 057.452.139-90